2 — Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 1980
2.º ano da licenciatura em Psicologia, do ISPA — Instituto Universitário de Psicologia Aplicada

3 — Percurso Funcional

Inscrição, como Advogado, no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (actualmente suspensa).
1973-1983 — Técnico profissional de Bibliotecas, Arquivo e Documentação, do quadro do pessoal da Câmara Municipal de Lisboa
1983-2001 — Inspector superior da carreira especial de inspecção da Inspecção-Geral da Administração Local (ex-IGAT)
2001-2004 — Director Municipal do Gabinete Municipal de Auditoria e Qualidade
2004 (Novembro)-2009 — Director da Direcção Municipal Financeira e Administrativa da CMS

4 — Experiência e Formação Profissional

Membro da equipa de missão de elaboração do projecto do Código de Administração Autárquica (2001-2002)
Co-autor do Manual do Procedimento Autárquico
Participação no Colóquio O quadro sancionatório dos eleitos locais — 1998 — com apresentação do tema responsabilidade administrativa tutelar dos eleitos.
Frequência e conclusão, em 2000, no Tribunal de Contas Europeu (Luxemburgo) do curso Metodologias de Auditoria
Frequência de diversos cursos de formação profissional promovidos pela IGAL, nos domínios da edificação e urbanização, finanças municipais e sector empresarial local.
Formador em acção de formação de inspectores da IGAL (2004)

Sintra, 18 de Fevereiro de 2010. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, conferida por Despacho n.º 66F-P/2009, de 2 de Novembro, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Dr.ª Maria de Jesus Camões Cóias Gomes*.

302940416

Aviso (extracto) n.º 5076/2010

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por despacho do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, de 19 de Janeiro de 2010, foi celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado com Filipe Miguel de Amorim Torres Esteves, para a carreira de Assistente Técnico, categoria de Assistente Técnico, para a 1.ª posição remuneratória/nível remuneratório 1, correspondente a 683,13 euros, cujo início de funções ocorreu em 17 de Fevereiro de 2010.

Sintra, 18 de Fevereiro de 2010. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, conferida por Despacho n.º 66F-P/2009, de 2 de Novembro, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Dr.ª Maria de Jesus Camões Cóias Gomes*.

302962821

Aviso n.º 5077/2010

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à Administração Local por força do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, a seguir se publica o despacho de nomeação, em regime de comissão de serviço, por um período inicial de três anos, do Arquitecto Assessor Principal desta Câmara Municipal, Luís Carlos Andrade Ferreira, no cargo de Director Municipal da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbana, e respectiva nota curricular:

"Considerando que o lugar de Director Municipal da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbana, se encontra vago;

Considerando que importa, pois, assegurar a gestão, direcção e coordenação da actividade daquela Direcção Municipal, por forma a que sejam prosseguidas, de forma eficiente, as atribuições que lhe estão cometidas;

Considerando que, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, o recrutamento para o cargo de Director Municipal (cargo de direcção superior do 1.º grau) é efectuado de acordo com as regras constantes no artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ou seja, por escolha, de entre indivíduos licenciados, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respectivas funções;

Considerando, por fim, que o Licenciado em Arquitectura, Luís Carlos Andrade Ferreira, Técnico Superior do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Sintra, possui comprovada competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação, adequada e relevante, para o exercício das funções inerentes ao cargo de Director Municipal de Planeamento e Gestão Urbana, tal como melhor se demonstra em nota curricular, anexa, que faz parte integrante do presente despacho de nomeação;

Determino, nestes termos e ao abrigo da delegação de competências que me foi conferida pela Proposta n.º 5-P/2009, de 4 de Novembro, aprovada em reunião do órgão executivo municipal de 11 de Novembro e tendo em conta o disposto no artigo 8.º -A do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, aditado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e nos termos das disposições conjugadas do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril e artigo 18 da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomear em regime de comissão de serviço, o Técnico Superior da área funcional de Arquitectura do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Sintra, Luís Carlos Andrade Ferreira, no cargo de Director Municipal da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbana, com efeitos imediatos.
Publicite-se a nível geral, interno.
Remeta-se à próxima Reunião de Câmara, para conhecimento.

Paços do Concelho de Sintra, aos 1 de Fevereiro de 2010. — O Presidente da Câmara, *Fernando Roboredo Seara*.

Nota curricular

Luís Carlos Andrade Ferreira
1 — Habilitações Literárias
Licenciatura em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
2 — Percurso Funcional
1972 — 1987 —Ex-Junta Nacional das Frutas;
1987 —
1992 — Por extinção da JNF, passa a integrar o IROMA — Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas;
1992 —
1994 — Técnico requisitado pela empresa PEC, SA;
1994 —
1996 — Divisão de Estudos da Direcção de Serviços de Instalações da Secretaria — Geral do Ministério da Justiça;
Ainda em 1994 é promovido a Técnico Superior de 1.ª classe do Quadro de Pessoal da Secretaria — Geral do Ministério da Justiça;
1996 — Requisitado pela Câmara Municipal de Sintra;
1997 — Promovido a Arquitecto Principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sintra;
2001 — Promovido a Arquitecto Assessor do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sintra;
2005 — Promovido a Arquitecto Assessor Principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sintra;
2005 — Nomeado Director Municipal de Planeamento Estratégico e Urbanismo, em regime de comissão de serviço, por um período inicial de três anos, renovada, em 2008, por igual período, no âmbito da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbana;
3 — Experiência e Formação Profissional
1 — Exerce funções na Administração Pública, desde 1972, com especial destaque para as actividades de:
— Arquitecto, na Divisão de Obras dos Serviços de Matadouros do Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas, no período de 1987 a 1992, desenvolvendo, entre outras, funções de concepção e elaboração de projectos de remodelação/conservação e obras novas de imóveis do IROMA e elaboração de pareceres sobre projectos de novos matadouros e ou remodelação/ampliação de existentes e no tocante a Arquitectura /Construção Civil;
— Responsável pela representação do IROMA em Feiras e Exposições, bem como pela concepção e execução de toda a publicidade e artes finais para utilização nas Feiras e Exposições anuais, no período de 1989 a 1992;
— Arquitecto requisitado na Empresa PEC, SA — Departamento de Engenharia e Obras — no período de 1992 a 1994, desenvolvendo, entre outras, funções de concepção e elaboração de projectos de remodelação/conservação e obras novas para imóveis da PEC, funções de fiscalização de Obras e de análise e parecer sobre as propostas para a construção e ou remodelação de matadouros e instalações afins, no âmbito da Arquitectura e Construção Civil;
— Em 1994, passa a integrar o quadro de pessoal da Secretaria — Geral do Ministério da Justiça — integrado na Divisão de Estudos da Direcção de Serviços de Instalações, dirigindo a sua actividade para a elaboração de programas Preliminares de Projectos para novas instalações ou remodelação de instalações do Ministério da Justiça; preparação de elementos diversos para a execução e acompanhamento de obras nas